O estranho poderio das disciplinas em Michel Foucault

Uma crítica da morte do homem no "Estruturalismo" foucaultiano.

Francesco Pecorari¹

O PODER DISCIPLINAR COMO MODELADOR DO INDIVÍDUO

Sem dúvida alguma, as disciplinas ou o poder disciplinar constituem, segundo Foucault, a grande inovação e a grande conquista do mundo moderno. Resultado lento e cumulativo das transformações sociais e econômicas dos séculos XIX e XX. Essas transformações, especialmente aquelas operadas pelo capitalismo, desencadearam verdadeiras "rupturas" na ordenação social tradicional, originando um novo tipo de relações entre poder e saber. A nossa sociedade, afirma Foucault, é uma sociedade essencialmente disciplinar.

O que vêm a ser as disciplinas para Foucault? Como ele as caracteriza e define? Em termos gerais, ele conceitua as disciplinas como: "*Técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas*" (FOUCAULT, 1977:191). Essas técnicas, porém, não se aplicam à multiplicidade como tal, mas aos indivíduos: exatamente porque controlando os indivíduos, pode-se melhor ordenar a multiplicidade. Portanto, é o indivíduo o corpo próprio e o objeto de aplicação dessas técnicas, no sentido de controlar, vigiar e modelar suas atividades em vista de um certo objetivo. Escreve Foucault: "*Esses métodos que permitem controlar minuciosamente as operações do corpo, que realizam a sujeição cons-*

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe

tante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade e utilidade, são o que podemos chamar de as “disciplinas” (Idem, Ib.,: 126).

Neste sentido as disciplinas podem ser definidas melhor como “táticas de poder” (Idem, Ib.,191), como “fórmulas gerais de dominação”(Idem, Ib., 126) ou ainda como “mecânica de poder” que se exerce, mais de que nas coletividades, nos próprios indivíduos, *“para que eles façam não apenas o que se quer, mas para que operem como se quer”(Idem, Ib.127).* “Desta forma, afirma Foucault, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (Idem, Ibidem). Desde já podemos ver, como ela realmente produz e constrói o indivíduo: o indivíduo torna-se o objeto predileto e o efeito esmerado do poder disciplinar.

Embora o indivíduo, ao longo da história, tenha sido frequentemente objeto de poder (escravidão, servidão, vassalagem, corporação, ascetismo...), Foucault frisa que esta forma da disciplina é absolutamente nova. É uma modalidade mais refinada, mais discreta, mais sutil de dominação e, por isso, mais insidiosa e, sobretudo, mais perigosa. Pois ela é imperceptível, minuciosa, zela pelo detalhe e pelas coisas aparentemente insignificantes...mas está cheia de “astúcia” e de “maliciosidade”. Comporta um conjunto de técnicas que utilizam todos os requintes das modernas ciências humanas.

A emergência histórica das disciplinas prende-se à necessidade de responder a um certo número de exigências criadas pelas novas conjunturas político-sociais dos fins do século XVIII. Entre elas podemos citar: a inovação industrial, a recrudescência de certas doenças, a invenção do fuzil, as vitórias da Prússia, a explosão demográfica, a queda do antigo regime e a ascensão da burguesia, o fracasso do sistema do grande aprisionamento, etc. Mas a maior dessas conjunturas é de caráter econômico, isto é, a grande arrancada do capitalismo liberal, com sua sede de produção e de lucro, com o crescimento de todo aparelho produtivo e com a necessidade do máximo aproveitamento do operário. Por isso, é fácil notar, como essas técnicas disciplinares, cada vez mais refinadas, no fundo, visavam uma manipulação cada vez maior do indivíduo, em vista de uma majoração de suas capacidades produtivas e de um melhor aproveitamento útil da quase totalidade do tempo do operário.

A partir dessas novas injunções, notadamente do capitalismo, podemos compreender outra grande característica do poder disciplinar, diferenciando-o radicalmente de todas as antigas formas de poder, que é exatamente sua positividade, isto é, seu aspecto corretivo, normalizador, construtivo, formador e capacitante. Neste sentido, a disciplina opõe-se frontalmente à teoria jurídica e legalista do poder (Beccaria), que visava punir, reparar, reprimir e oprimir. Nesta concepção negativa do poder, o Estado era apenas um aparelho de coerção e repressão. Já na teoria disciplinar a missão do Estado é vigiar, assistir, promover, educar, formar e, precisando, recuperar e corrigir. Mas não é o Estado, isto é, o órgão central, que exerce a função maior desse poder, nem mesmo depende diretamente dele, e sim os órgãos periféricos, quer dizer as Instituições especializadas, que o executam, de forma quase anônima e autônoma. Por causa desse deslocamento do centro para a periferia, Foucault denomina essas disciplinas de “micro-poderes”.

O aspecto construtivo e produtivo das disciplinas deve ser apontado como o fundamental e específico na concepção foucaultiana. Isso importa o seguinte: O indivíduo não apenas se torna o centro de suas atenções, seu objeto preferido como algo a ser salvaguardado e protegido, mas como alguém a ser treinado, modelado, capacitado e, por assim dizer, “inventado” e “fabricado”. Escreve expressamente Foucault: “*A disciplina fabrica indivíduos*” (*Idem, Ib.:153*).

Qual é o sentido ou a finalidade dessa “produção”? Que tipo de indivíduos ele fabrica? Em termos gerais, podemos responder com Foucault que a disciplina forma corpos “úteis” e “dóceis”. Isto é, úteis no sentido da utilidade econômica, pois valoriza e majora sua habilidade produtiva; e dóceis no sentido de obediência e sujeição ao Estado e às Instituições que o exploram, fato que permite um maior investimento do poder sobre os mesmos.

No intento de conseguir seus objetivos o poder disciplinar recorre a várias técnicas ou estratégias, que são oportunamente utilizadas nas várias instituições criadas para este fim, como: quartel, prisão, asilo, hospício, hospital, escola e até fábricas. Entre estas técnicas ou funções disciplinares podemos lembrar sumariamente: 1. Aquelas que se prendem à análise e à distribuição dos indivíduos no espaço e

no tempo; 2. aquelas que decorrem das táticas de vigilância, de adestramento e de controle.

No primeiro grupo, Foucault distingue: a) a arte das distribuições, em que o indivíduo é fixado analiticamente a um espaço próprio ou celular, que por sua vez se articula a outros espaços maiores (classes, séries), para composição de um quadro geral perfeitamente orgânico e controlável (é a técnica do quadriculamento); b) o controle da atividade, em que o tempo do indivíduo é rigorosamente regulamentado para o seu melhor uso possível, como: exatidão, aplicação, pontualidade, posição exata de gestos, manejo certo das máquinas e dos instrumentos... tudo em vista de uma utilização exaustiva, eficiente e integralmente útil do tempo das pessoas (é a técnica da manobra); c) A organização das gêneses, em que o tempo é adicionado e capitalizado, através de seriações e classificações gradativas até uma prova final, onde é possível obter uma “perpétua caracterização do indivíduo” (Idem, *Ib.*: 145), em termos de qualificação e capacitação (é a técnica dos exercícios); d) A composição das forças, em que as forças dos indivíduos, oportunamente sincronizadas e articuladas, são compostas de tal forma “para se obter um aparelho eficiente” (Idem, *Ibidem* : 142) (é a técnica da “tática”).

Entre as técnicas disciplinares do segundo grupo, Foucault examina três, a saber: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. As três técnicas se prendem a um sistema geral de vigilância exercido pelo olhar. Olhar observador, fiscalizador, e persistente, ao qual nenhum indivíduo e suas atividades, até nas mínimas frações de espaço e de tempo, podem escapar. Este olhar é, na maioria das vezes, acompanhado por um regulamento minucioso, onde as proibições e as penalidades abundam por faltas infinitamente pequenas. Porém, deve-se ressaltar, que essas sanções e punições jamais possuem um caráter meramente punitivo, e sim escondem uma finalidade corretiva, produtiva e, sobretudo, normalizadora. Das três técnicas, o exame é o mais importante, porque encerra as duas primeiras: “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar, e punir” (Idem, *Ibidem* : 164), escreve Foucault. Realmente essa técnica é mais eficaz, pois, além de “sujeitar” e “objetivar” integralmente o indivíduo, permite proporcionar sempre melhores co-

nhecimentos sobre o mesmo, reforçando, numa verdadeira circularidade, a aplicação do poder disciplinar sobre ele.

Todas essas técnicas disciplinares ou micro-poderes podem ser exercidos conjuntamente através de um recurso arquitetônico chamado "Panóptico", cujo tipo ideal foi elaborado por Bentham. O "panóptico", modernamente muito utilizado em prisões, hospícios, hospitais e até em fábricas, consiste essencialmente numa construção circular ou poligonal, com uma torre de observação no centro, de onde todos os indivíduos podem ser vistos e controlados sem os mesmos poderem ver o seu vigilante. A esse olhar constante, onipresente e invisível os indivíduos são expostos quais livros abertos onde tudo pode ser lido ou, também, quais páginas brancas onde tudo pode ser escrito. É o máximo da objetivação e da manipulação do indivíduo, transformado nem mero objeto e efeito do poder disciplinar.

Em concreto, que tipo de indivíduo produzem essas técnicas disciplinares? É fácil responder: cada instituição, conforme sua natureza e finalidade específica, adota esses mecanismos de poder para formar no sentido de bem e do melhor as pessoas que lhes são confiadas. Assim, por exemplo: nas fábricas deverá visar-se o bom operário, competente, eficiente e ordeiro; nas escolas, o aluno aplicado, obediente e sadio; nos hospícios, o homem normal, sociável e mentalmente são; nas prisões, o cidadão honesto, arrependido e reabilitado; nos quartéis, o bom soldado, valoroso e bem treinado; e assim por diante.

Em conclusão, o poder sutil das disciplinas é incomensurável: ele forja os indivíduos a seu bel prazer, conforme às necessidades sociais e às exigências do moderno capitalismo industrial.

O SABER DISCIPLINAR COMO PRODUTOR DO INDIVÍDUO

As técnicas disciplinares não apenas produzem o indivíduo como objeto e efeito do poder, mas também como objeto e efeito do saber. Em termos gerais, isso significa que elas produzem um saber sobre o indivíduo, permitem tipos de conhecimentos sobre o homem até então desconhecidos, quer dizer, liberam as chamadas "ciências humanas".

Essa possibilidade nova da epistemologia se deve à intrínseca e profunda interligação entre poder e saber. Segundo Foucault, os dois

se relacionam numa forma direta e proporcional ou, melhor, circular. Escreve ele: *"Formação de saber e majoração de poder se reforçam regularmente segundo um processo circular"* (Idem, Ibidem:196). Isso implica o seguinte: multiplicando-se e aperfeiçoando-se os mecanismos de poder, criam-se maiores oportunidades para a emergência de novas formas de saberes e reciprocamente, aumentando o saber sobre o indivíduo cresce a possibilidade de aperfeiçoamento das técnicas de controle sobre o mesmo, e assim por diante, num processo infinito. Ou melhor: *"Duplo processo – diz Foucault -: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos"* (Idem, Ibidem:196-197). Essa circularidade intrínseca leva a concluir: todo poder é uma forma de saber e todo saber é uma arma de poder. Ou simplesmente: poder equivale a saber.

Como acontece esse intercâmbio ou reforço entre poder e saber? Que tipo de saber geram as técnicas disciplinares?. Na realidade, a partir dos séculos XVIII e começo do XIX, as instituições disciplinares se multiplicaram e com elas se desenvolveram enormemente os saberes sobre o indivíduo e sobre o homem em geral, *"fazendo surgir as chamadas ciências do homem e o homem como objeto da ciência"* (Idem, 1978: 101). O processo prático, em linha geral, deu-se desta forma, segundo a análise de Foucault: *"O corpo tornando-se alvo de novos mecanismos de poder, oferece-se a novas formas de saber"* (Idem, 1977:140). Quer dizer, a partir do momento em que o indivíduo passou a ser um objeto de poder que o esquadriha, que o classifica, que o controla, o vigia, o observa, o examina, o analisa, o descreve e o documenta... tornou-se fácil obter todo tipo de informações sobre o mesmo. O indivíduo começou a ser estudado como tal, no seu comportamento, nos seus traços psíquicos, intelectuais e funcionais, nas suas aptidões e capacidades, nos seus desvios e nas suas anormalidades, nas influências do meio, da família, da educação, etc.

Conforme a finalidade de cada instituição destaca-se o tipo de indivíduo que essas novas ciências tomam como objeto. Inicialmente foram os anormais que suscitaram maior interesse, notadamente os doentes mentais. Se o que importa é curar e recuperar, é preciso

analisar esses comportamentos desviantes, caracterizá-los, procurar descobrir as causas, experimentar técnicas e processos terapêuticos. Assim nasciam e desenvolviam-se a psiquiatria e a psicoterapia. Depois foi a vez das crianças com os fatores ambientais que podem influenciar a formação da sua personalidade, com as melhores técnicas de aprendizagem, com o descobrimento de suas aptidões... dando origem à pedagogia, à psicologia dinâmica e à didática. O preso, o soldado e o operário também chamaram a atenção dos pesquisadores, no sentido de elaborar os melhores métodos, cada vez mais sofisticados, para reabilitar, capacitar, treinar e especializar.

Surgem, assim, a sociologia e a psicologia social, a arte bélica, a administração e a organização de materiais e de empresas. Mas o aspecto mais importante, que Foucault nunca cansa de ressaltar, é que: foram exatamente os mecanismos disciplinares de vigilância, de observação, de distribuição do espaço e do tempo e, sobretudo, de registro das informações que permitiram o surto de todos esses saberes. De fato, tudo quanto era tipo de experiência (testes, pesquisas, verificação de hipótese, aplicação de técnicas... e até dissecação de cadáveres..) foi facilitado e permitido.

Entre todas as técnicas disciplinares, o exame e o panóptico destacam-se como os mais aptos e eficazes no sentido de gerar saber sobre os indivíduos. Com efeito, o exame, além de um controle minucioso do indivíduo, realiza do mesmo uma classificação qualitativa e comparativa., em termos de normalidade e anormalidade, aptidões e tendências, conhecimentos e capacidades adquiridas, e, ainda mais, registra, documenta e arquiva esses resultados. E os arquivos dos hospitais, dos hospícios, das prisões, das escolas e das fábricas, verdadeiros acervos de saber, estão sempre à disposição do pessoal administrativo e também abertos a qualquer pesquisador.

Com o passar do tempo, a acumulação dos saberes sobre o indivíduo, torna-se cada vez mais detalhada, completa e prática. Do exame escreve Foucault: "É a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável... para mantê-lo sob o controle de um saber permanente... é a liberação epistemológica das ciências do indivíduo" (Idem, *Ibidem* : 169). Já o panóptico oferece o indivíduo a um olhar constante, onipresente e invisível: esse olhar pode vigiar todos os

movimentos., controlar todas as ações, verificar todos os efeitos, examinar todas as reações... e anotar os resultados. Desta forma, experiências podem ser realizadas à vontade sobre os loucos, presos, doentes, crianças, operários, soldados, etc, aplicando-se testes, verificando-se hipóteses, experimentando-se métodos, demonstrando-se teorias, treinando-se aprendizes e até testando-se remédios e tipos de terapias.

Como se vê, são possibilidades incalculáveis de extrair e construir saberes sobre o indivíduo: saber tecnológico, saber clínico, saber psiquiátrico, saber psicológico, saber pedagógico, saber sociológico, saber médico e saber epistemológico. As ciências do homem, em todas as suas dimensões, começam assim a proliferar

As disciplinas, por sua vez, aproveitar-se-ão desses novos e mais aperfeiçoados saberes para aumentar seu poder de dominação sobre o indivíduo. O poder aumentado possibilita a aquisição de mais saber, dando início àquela espiral ascendente de poder-saber. Esse fato traz uma série de conseqüências graves. A primeira já foi salientada: a circularidade ou equivalência entre poder e saber; A segunda é que a ciência jamais será neutra, isto é, ela é sempre "instrumentalizada" e "usada" pelos detentores do poder; e a terceira é que o poder impõe um conteúdo, um campo de pesquisa, um método e um sentido à ciência. No caso das ciências humanas, isso acarreta o seguinte: o indivíduo, na sua identidade e na sua verdade é um puro produto ou efeito não apenas do poder, mas também do saber.

Na realidade, quem poderá dizer o que é o homem, em sentido geral, a não ser as ciências humanas? E em sentido específico: quem estabelecerá quem é o louco a não ser a psiquiatria? Quem é o anormal? Quem é o perverso? Quem é o criminoso? Só essa ciência poderá dizê-lo. O que é a criança prodígio, a criança deficiente e a criança sadia? A psicologia e a pedagogia encarregar-se-ão de elaborar essas categorias. E assim por diante. Quais os critérios para essa demarcação? É o poder que vai dizer; noutras palavras: são os interesses e as exigências da sociedade capitalista que fornecerão os padrões de normal e de anormal, de habilitado e de incompetente, de positivo e de negativo, de bom e de mal. Assim o indivíduo, com todas as suas classificações e qualificações, isto é, em sua identidade, é um mero produto do saber e do poder.

E o que é curioso de se observar é que, nessas ciências, o normal é definido pelo anormal, o são pelo doente, etc. Com efeito, primeiro foram estudados os doentes mentais, os doentes físicos e psíquicos, os comportamentos desviantes ou negativos, foram constituídas suas características e indicadas suas técnicas de cura e recuperação: os normais e os sãos, foram determinados (não estudados!) em relação àqueles, por simples diferença. Esse fato vem confirmar a tese de Foucault, de que o indivíduo, na sua classificação e nas suas características, tanto normal quanto anormal, tanto na sua verdade teórica quanto prática, é um mero produto do poder e saber.

Eis as conseqüências e o poderio insuspeitável desses micro-poderes ou técnicas disciplinares aparentemente insignificantes! Criam e limitam um espaço temático e funcional do indivíduo, estabelecendo-lhe cânones de realidade e de verdades. Assim, pode concluir Foucault: *"Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam dessa produção"* (Idem, *Ib.*: 172).

A CIRCULARIDADE DO PODER COMO INVENTORA DO SUJEITO

Não terminam aqui as habilidades extraordinárias dos micro-poderes disciplinares. Eles, juntamente com as estruturas históricas, são as responsáveis pela "criação" ou "invenção" de um novo sujeito do conhecimento. Para compreender e demonstrar esse fato, de extrema gravidade, é preciso analisar mais a fundo as implicações do círculo foucaultiano poder-saber.

Inicialmente é preciso perguntar: Quem exerce esse poder? Quem mesmo o detém? Essas perguntas são necessárias para se compreender a gênese desse saber. Com efeito, não é o Estado o detentor dos micro-poderes, pois eles subsistem fora e independentemente do aparelho político. O Estado, que é o macro-poder, às vezes, pode utilizá-los, mas não se identifica com eles. Não são as classes dominantes nem as mesmas instituições, pois o poder disciplinar se exerce de forma anônima, impessoal, invisível e quase automática, como no panóptico. Por isso escreve Foucault: *"Temos que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o "privilégio" adquirido*

ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (Idem, Ibidem: 29).

Mais do que relações de pessoas, ele marca um jogo de forças, uma luta de interesses. Não é propriedade ou qualidade de alguém, mas uma “estratégia, cujos efeitos de dominação não devem ser atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (Idem, Ibidem). Ora, se essas estratégias não são “adquiridas” e “exercidas” por alguém, não são estáveis, mas vão se formando e como que emergindo ao longo da história; e, se elas originam um certo saber, também este é instável e não será propriedade ou privilégio de algum sujeito do conhecimento dado uma vez por todas: mas esse “emergirá” historicamente com essas novas formas de poder e saber.

Uma segunda consideração sobre o círculo poder-saber vai reforçar a conclusão a que chegamos antes. Com efeito, segundo Foucault, não é verdade que o saber científico para ser tal e evoluir deva ser desinteressado, isto é, afastar-se do poder (político ou não) e de suas injunções e utilidades. *“Temos antes que admitir - diz ele - que o poder produz saber... que poder e saber estão diretamente implicados”* (Idem, Ibidem: 30). Em outras palavras, isso significa que não é o sujeito do conhecimento que produz saber, mas as relações de poder, as formas de dominação e suas “estratégias”. O saber neutro como puro conhecimento, como fruto de uma consciência dada definitivamente, é uma pura ilusão. Pois é o poder que determina o objeto e o sujeito do saber e não algum “eu” ou consciência transcendente. As palavras de Foucault, neste ponto, são muito claras. Escreve ele:

“Essas relações de poder – saber não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer, as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessa implicação fundamental do poder-saber e de suas transformações históricas” (Id. Ib. Cf. 1993, Cap. 1: 1-14)

“Sujeito que conhece” e as “modalidades de conhecimento”... “são efeitos fundamentais do poder-saber”: eis as teses mais queridas de M. Foucault. Ele defende a historicidade da verdade e do sujeito e a

primazia das técnicas sociais quais determinantes do conhecimento. Foi esta a grande tese defendida nas palestras feitas na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, em maio de 1973, com o título geral bastante expressivo: "A verdade e as formas jurídicas" (Idem, 1978). Na série de cinco conferências, Foucault, partindo de uma análise das práticas judiciárias, mostrou como se deu "a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do qual a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constrói no interior da história e que é a cada instante fundado e refundado pela história" (Idem, Ibidem :7). As formas judiciárias: do "testemunho popular" na antiga Grécia, do "inquérito" no fim da Idade Média, e do "exame" na época moderna *"fizeram nascer formas novas de sujeito de conhecimento, novos tipos e modelos de verdade"*, mostraram uma espécie de *"história externa da verdade"* (Idem, Ib.: 8-20).

Para ilustrar melhor a tese em questão, vamos resumir esquematicamente a análise de Foucault sobre a formação histórica dos três tipos de verdade. Inicialmente é o exemplo de "Édipo Rei", peça de Sófocles, onde a descoberta da verdade se deu pelo humilde testemunho de um pastor. Toda a tragédia *"apresenta o resumo de uma das grandes conquistas da democracia ateniense: a história do processo através do qual o povo se apodera do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam"* (Idem, Ib. : 41). É um novo cânon e uma nova modalidade de verdade, nascida de uma prática judiciária e que se opõe totalmente à antiga forma da disputa e do desafio. O que é importante notar, e que Foucault realça muito bem, é que essa nova fórmula de verdade do campo jurídico extrapola para outros campos e *"se constitui a matriz, o modelo a partir do qual uma série de outros saberes, -filosóficos, retóricos e empíricos - puderam se desenvolver e caracterizar o pensamento grego"* (Idem, Ibidem : 42).

Já a técnica do "inquérito", que suplantou no século XII o sistema germânico da "prova", estabeleceu um tipo de verdade mais racional, fruto de pesquisa e observação, verdade autenticada pela "Inquisição", pelo interrogatório, pelo testemunho de pessoas qualificadas, pela confissão do réu, isto é, uma verdade comprovada experimentalmen-

te. Modelo que, a partir da Renascença, foi encampado pelas ciências da natureza e que sobrevive até hoje.

Por fim, temos a técnica do “exame”, que, como vimos, se prende à sociedade disciplinar (panóptico) e deu origem a um “saber de vigilância, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos” (Idem, Ibidem : 70). É o modelo da verdade das ciências humanas.

O que é importante frisar, em todos esses processos históricos da verdade, é que essas técnicas judiciárias e disciplinares com seus respectivos modelos epistemológicos e discursos paralelos não devem ser consideradas como conteúdos sucessivos de uma consciência, como produção e expressão de um sujeito imutável e eterno, e sim como “acontecimentos” e “emergências” de conjunturas sociais. Os novos modelos epistemológicos representam “rupturas” de continuidade do sujeito de conhecimento e de sua história, por conseguinte, elas “criam” e “inventam” novas formas de subjetividade.

Em seu último livro, intitulado “A história da sexualidade” (volume 1), Foucault analisa outra técnica social que também determinou novos modelos de verdade e criou um novo tipo de sujeito do conhecimento: “o dispositivo da Confissão”. Escreve ele: *“Desde a idade Média, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade”* (Idem, 1977: 58). E mais adiante: *“Imensa obra a que o Ocidente submeteu gerações para produzir a sujeição dos homens, isto é, a sua constituição como “sujeitos”, nos dois sentidos da palavra”* (Idem, Ib., : 60). Daqui depreende-se que o rito da confissão, também baseia-se numa relação de poder que gera saber, é mais uma forma de poder-saber e não escapa ao esquema foucaultiano. O ciclo poder-saber não apenas produz a verdade do sexo, mas a mesma sexualidade, com todas as suas classificações, suas formas normais e anormais, sua variada gama de perversões, seus requintados e mais extravagantes tipos de prazer.

O modelo-verdade da confissão, oportunamente integrado com métodos científicos, tornou-se matriz para produzir verdade em outros domínios de saberes, como “na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes” (Idem, Ibidem : 59). Mais uma vez, todos discursos científicos e formas de verdade que não são produzi-

dos por um sujeito nem se imprimem numa consciência pré-existente, mas que se constituem a partir de uma prática religiosa.

Portanto, podemos afinal concluir com Foucault: o sujeito humano e a própria verdade têm uma história, são históricos, são “acontecimentos”, são produtos das práticas sociais. E assim: testemunho popular, inquérito, confissão, técnicas disciplinares, notadamente o exame, com suas respectivas conjunturas históricas, possuem este oculto e extraordinário poder de produzir as formas de verdade e o próprio sujeito do conhecimento

RESGATANDO A PESSOA HUMANA COMO SUJEITO DO CONHECIMENTO E DA HISTÓRIA

Encerrando o capítulo sobre a “disciplina”, no seu livro “Vigiar e Punir”, Foucault, após ter analisado o poder realmente impressionante que a mesma possui na produção do indivíduo e da verdade, pergunta admirado: *“Mas emprestar tal poderio às astúcias muitas vezes minúsculas da disciplina, não seria conceder muito? De onde podem elas tirar tão vastos efeitos?”* (Idem, 1977 : 172). E deixa a pergunta em suspenso, sem resposta.

Por que Foucault não respondeu a essa pergunta que não parece ser nada retórica? Será que ele se achou diante de um impasse insolúvel e de um misterioso enigma? Quais as dificuldades contidas nessa resposta? Não estamos, por acaso, diante de um equívoco? Não emprestou ele um “poderio” exagerado a estas realmente “minúsculas astúcias da disciplina e das outras práticas sociais? Nós achamos que esta suspeita tem base e que realmente houve este exagero.

É O QUE VAMOS TENTAR PROVAR NAS PÁGINAS QUE SEGUEM.

— “O homem está morto”, proclamara Foucault em “As palavras e as coisas”. Após o grito de Nietzsche da “morte de Deus”, este de Foucault, que parece a continuação lógica daquele, já não soa tão escandaloso e paradoxal, mas simplesmente ambicioso e desconcertante. Apesar da sua declaração expressa de não se incluir

entre os estruturalistas, ele chega as mesmas conclusões do Estruturalismo da época, colaborando na destruição daquelas seculares “evidências” do pensamento ocidental: a idéia de homem, a racionalidade da história e a superioridade do pensamento científico como objetivo e universal.

O “deicídio” Nietzscheano tinha sido operado pelo homem, ou melhor, pelo super-homem; já o “homicídio” foucaultiano é perpetrado pelo social e suas técnicas onipotentes. Quer dizer que estamos diante de um determinismo sociológico e, podemos dizer, tecnocratismo psicológico, onde o indivíduo é manipulado, inventado e dissolvido no social e suas estratégias de dominação.

Desta forma, Foucault anuncia a morte do homem como sujeito de conhecimento, como sujeito da história e como sujeito do discurso, em nome das táticas sociais. Mas isso não será mesmo emprestar muito poderio às técnicas sociais e aos micro-poderes?

Na verdade, podemos admitir que essas disciplinas tenham contribuído enormemente para a liberação das ciências do indivíduo, para o desenvolvimento do modelo-verdade próprio do “exame” e mesmo para a produção do indivíduo como objeto de poder e saber: isso podemos admitir e Foucault mostra exaustivamente nas suas análises. Mas, partindo disso, chegar à negação de um sujeito de pensamento, livre e consciente e à destruição da mesma verdade e da racionalidade humana, nos parece um pouco exagerado, um passo ousado, trôpego, e arbitrário.

Da afirmação ocasional de certas fórmulas de verdade, concluir pela “invenção” de uma nova “episteme” e de novas fórmulas de racionalidade é realmente extrapolar e privilegiar demais essas práticas sociais. Essas fórmulas históricas de verdade, apesar de suas diferenças e especificidades, não são incompatíveis entre si e não exigem necessariamente uma “ruptura” ou uma “descontinuidade” histórica e tanto menos a morte do sujeito humano. Podem muito bem serem entendidas como desdobramento, evolução, aperfeiçoamento e respostas típicas a dados momentos históricos. Por exemplo, a lógica – verdade do “testemunho” popular na antiga Grécia não se opõe à verdade do “inquérito” no fim da idade Média: são dois caminhos diferentes de se descobrir a realidade de um fato, ambos válidos, que, em

lugar de se excluir se somam e pertencem a um mesmo sujeito diversamente posicionado; nem a verdade do “inquérito” nega o modelo da “confissão”, do “exame” e da “disciplina” na época moderna e contemporânea: simplesmente diferenciam-se em termos de mais rigor e complexidade.

Não são vários sujeitos a pensar verdades de cunho diferentes, mas é mesmo sujeito humano que recebe estímulos e/ou é submetido a condicionamentos diversos e responde de forma apropriada. É o mesmo sujeito, diríamos, enriquecido de maiores experiências; é a mesma lógica e a mesma racionalidade aplicadas a circunstâncias específicas, que, também, reagem de forma específica. Portanto, o que nos parece mais lógico e correto concluir é o seguinte: as conjunturas históricas e sociais não determinam o sujeito, nem criam sujeitos novos ou inventam novos modelos de verdade e de racionalidade, mas apenas podem influenciar e condicionar o único sujeito humano, dotado da mesma razão e liberdade em todas as sociedades e circunstâncias históricas.

Não é preciso remontar a Aristóteles, a Descartes, a Kant, a Hegel e tantos outros para convencer-se da necessidade do sujeito e sua continuidade em todo conhecimento, sendo ele a condição “sine qua non” de toda experiência sensível e síntese intelectual, pré-existente ao mundo, organizador e legislador da natureza (Kant), que tudo conceitua e define a partir dele mesmo.

Este sujeito poderá, sem dúvida, variar e melhorar suas formas concretas de racionalidade, seus métodos científicos, seus objetos de conhecimento, conforme seus interesses imediatos, seu nível de evolução e emergências circunstanciais: mas jamais será um “acontecimento”, uma “irrupção” casual ao longo da história, como sustenta Foucault. O conhecimento não é uma “invenção” ocasional e trágica, realizada em um certo tempo e por animais inteligentes sobre um astro chamado terra (Nietzsche), mas é a grande prerrogativa, indestrutível, específica e nobre do ser humano., o qual é “pessoa” e não “acontecimento”.

Na verdade seria muito estranho e incompreensível conceber o sujeito humano como algo de instável e indefinido, mais “objeto” do que “sujeito”, que pode ser continuamente “dissolvido” pelo social e

depois recriado de forma totalmente nova, reinventado e modelado ao infinito. Quando o homem será ele mesmo? Quando nascerá o homem verdadeiro? Entre tantas “invenções” de homem, qual será a verdadeira? E ainda, neste caso, será que tem mais sentido falar de homem e da dignidade da pessoa humana? Sabemos que Foucault nunca se fez este tipo de perguntas e nunca se preocupou dessa problemática. Mas se alguém tivesse lhe perguntado: por que ele lutou tanto pela humanidade, escrevendo, pesquisando, viajando, denunciando estas formas de manipulação e exploração do ser humano, se ele não acreditava mais no homem? Parece que a sua prática não confirma a teoria

O que será a história nesta concepção da morte do sujeito racional?. Só pode ser um amontoado de fatos sem nexos, sem lógica e sem sentido. Uma história de “rupturas”, de “descontinuidades”, de “repartições” e de “camadas” estratificadas. Uma história sem sujeito, onde as cegas relações de poder e saber determinam os saltos e as “mutações” dos acontecimentos. Uma história sem racionalidade. Daqui compreendemos a necessidade de elaborar um novo método, o “método arqueológico”, onde as origens dos fatos são esquecidas e o fio condutor da história é totalmente cortado (Idem 1966 : 355-398). Que uma tal visão da história é uma negação da mesma, pelo menos enquanto história humana, nos parece evidente.

A favor da nossa opinião está Robert Castel, o qual, embora aceite as análises e as conclusões do amigo Foucault, falando da gênese e do desenvolvimento da medicina social em relação aos loucos, prefere utilizar os termos “metamorfose”, “transformação” e “aggiornamento”, que sugerem a idéia de continuidade e não de ruptura, como queria Foucault (CASTEL, 1976: 13, 14 e 15-21 e cap.7).

As ciências humanas e todos os discursos científicos também ficam sem sujeito e, no fim, sem sentido e finalidade. Elas desenvolvem-se dentro e conforme as técnicas sociais, mas fora do sujeito humano, numa espécie de autogênese. Pois são os jogos de poder e saber que escolhem o objeto das ciências, delimitam seu campo de pesquisa, sua aplicação, sua metodologia e sua finalidade. Isso acarreta sérias consequências tanto nas ciências humanas quanto da natureza, porque inviabiliza um verdadeiro progresso humano em

busca de um autêntico humanismo. As ciências não se perguntarão por um fim supremo nem por um sentido último em vista da realização global da humanidade, mas visarão sempre fins imediatos e interesses particulares. E aqui é necessário se perguntar: "Onde está a verdadeira tarefa da ciência enquanto tal, se ela não serve ao homem como um todo? Onde está a filosofia, a ciência das ciências e dos últimos questionamentos, se ela não indicar os caminhos certos e racionais (ou pelo menos tentar fazê-lo) a uma humanidade cada vez mais perdida em seu tecnicismo e cada vez mais infeliz, apesar da sua sempre crescente prosperidade? Realmente não podemos defender um tipo de ciência que não esteja a serviço do homem como seu ponto de partida e de chegada, ou melhor, do homem todo e de todos os homens.

Neste sentido é muito ilustrativo citar o grande pensador alemão e fundador da fenomenologia, Edmund Husserl, o qual, na sua última obra, de título significativo: "A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental", defendia insistentemente a necessidade da filosofia para o mundo de hoje e cognominava os filósofos, por sua missão insubstituível de apontar o verdadeiro caminho das ciências, de "funcionários da humanidade" (HUSSERL, 1961:46).

Com a morte do homem, a linguagem, também, perde o seu sujeito: torna-se um "jogo" (games) de palavras, onde ninguém está falando para ninguém: sofisma vazio sem qualquer conteúdo verdadeiro. A palavra não tem mais correspondência com a coisa, isto é, não mais expressa "a adequação da mente com o objeto", mas só reflete um "jogo" de forças sociais, um "jogo" estratégico de polêmicas e de dominação. Com isso, toda linguagem passa a enraizar-se no social e a possuir apenas um valor de uso e de praticidade, um valor pragmático, torna-se apenas uma prática discursiva, um "acontecimento", uma "irrupção" casual. Mas, que sentido tem mais uma linguagem que fala em nome de ninguém e não comunica mais nada? Ela não é mais o sinal de racionalidade e a expressão do pensamento.

Na verdade, toda articulação de palavras é de início e fundamentalmente um ato mental e inteligente e toda palavra foi formulada para comunicar algo e em nome de alguém. Por isso, uma linguagem sem sujeito e sem conteúdo, qual puro "jogo" de palavras, parece-nos realmente a morte de toda linguagem.

Esse poderio exagerado concedido aos micro-poderes disciplinares torna-se ainda mais problemático quando se considera a pretensão de Foucault de estender a toda a Europa ou mesmo declarar princípio geral as suas conclusões, tiradas apenas da análise da sociedade francesa. Com efeito, o inventário de exemplos e fatos estudados, feita uma e outra exceção, (o exército prussiano), são exclusivamente da França antes e pós-revolucionária, isto é, o ambiente cultural e sócio-político do autor. E, ainda mais, às vezes, nos parece um pouco parcial e incompleto: com um ou dois exemplos, generaliza e acha ter demonstrado a sua tese, porquanto haveria tanto outros exemplos e casos em contrário ou, pelo menos, que não afinam com suas conclusões. Tem casos em que ele extrapola de uma parte para o todo, sem dar as menores justificações. E, sobretudo, devemos admitir que a realidade social e histórica é muito mais rica e mais complexa, possui muitos outros aspectos, níveis de relações e comportamentos que não se enquadram totalmente no esquema foucaultiano de poder-saber.

Para melhor fundamentar essas críticas supra apontadas, reconhecemos que precisaríamos fazer uma análise bem mais detalhada e demorada de toda a obra de Foucault, trabalho de grande envergadura que escapa aos modestos objetivos destas páginas. Finalizando, queremos deixar claro que estes questionamentos que acabamos de fazer, não pretendem diminuir e tanto menos contestar a validade das análises e conclusões da obra de Foucault, sobretudo no campo sociológico e epistemológico; mas visam, apenas, denunciar as graves e dramáticas conseqüências da morte do sujeito humano pela sobrepujança do social, justificando, assim, que aquela suspeita do “estranho” e “exagerado” poderio, que Foucault atribui às “minúsculas astúcias da disciplina”, tem fundamento.

BIBLIOGRAFIA

CASTEL, R. **L'Ordre Psychiatrique**. Paris, Minuit, 1976.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Trad. De Lígia M. Pondé Vassallo, Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. **Cadernos** PUC/RJ, n. 16, Série Letras e Artes, 01/78. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da PUC/RJ, 1978.

_____. **História da Sexualidade I**. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. *Les Mots et Les Choses. Une Archéologie des Sciences Humaines*. Paris, Gallimard, 1966.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 11 ed., 1993.

HUSSERL, E. **La Crisi delle Scienze Europee e la Fenomenologia Transcendentale**. Trad. Di Enrico Filippini, Milano, Il Saggiatore, 1961,